

A vinculação e o contrato conjugal na compreensão da crise de casal

EULÁLIA BARROS * / LEONOR BRAGA ** / ANA MARGARIDA DANTAS ***

I

É suposto que «amor/casamento» é assunto de gente crescida. É certo, nalguns aspectos. No entanto, para alguns de nós, o assunto, na sua parte mais profunda, diz respeito à infância e nela é muito versado ainda que de forma simbólica.

Das centenas de textos de crianças, na base da sua oralidade espontânea, escolhemos o da Rute, menina com 12 anos, que nos ajuda a reflectir neste mistério do amor. Dizemos mistério porque parece que todas as tentativas para a sua explicação não são nada mais do que isso, tentativas de explicação.

Que faz com que dois seres num certo momento do seu trajecto não consigam fugir um do outro e se «apeguem», partindo frequentemente para uma relação/casamento?

Que alquimia secreta faz com que seja especificamente aquele homem ou aquela mulher e não outro/a)?

«Um não sei quê» que Freud dizia escapar a toda a explicação racional?...

Ao reflectirmos, apercebemo-nos de qualquer coisa que o amor tem de paradoxal. Paradoxo dentro de outros paradoxos? O amor como um movimento de egoísmo a dois?

Peguemos então no texto da Rute:

A menina e o menino

Era uma vez uma menina que quando se ia deitar na cama não sabia sonhar e um menino que não sabia fazer outra coisa a não ser sonhar.

Mas um dia os dois foram para a escola e ficaram amigos.

E um dia o menino ensinou-a a sonhar e a menina ensinou-lhe outras coisas.

E a menina começou a sonhar que era uma noiva bonita.

E o menino começou a saber outras coisas.

E assim ficaram namorados, casaram-se e tiveram filhos.

Comecemos pelo título da história «A Menina e o Menino». Ilustração perfeita do mito de Andrógino, que por sua vez encerra em si o mito do desejo da Totalidade. Primeiro aspecto paradoxal. A este vem juntar-se simultaneamente a ideia de luta de opostos. Desta contradição primordial quase tudo quanto o amor encerra se funda numa luta de inconciliáveis.

No senso comum, «casamento» e «sexualidade» aparecem quase indistintamente ligados. A experiência clínica faz-nos questionar a dimensão da sexualidade na relação. Temos ouvido muitos casais com relações sexuais frouxas e nem por isso se querem separar. Outros, porém, com relações

* Técnica de Saúde Mental Infantil, CSMIJL, Equipa Casa da Praia.

** Terapeuta da fala.

*** Psicóloga clínica.

sexuais de prazer à beira da ruptura. Talvez a relação sexual seja a parte emersa de um imaginário submerso, desejoso de se tornar realidade.

Sem esquecer a importância da perspectiva transgeracional, tomamos como ponto de partida uma frase de J. dos Santos: «Tudo começa no momento do nascimento». Nascimento visto também como resultado de uma relação sexual que se baseia numa ambivalência fundamental e é o resultado de uma luta formidável travada pelos contrários em busca da unidade total.

Nascer, primeira explosão de amor. Casar, segunda explosão de amor.

Casar é vincular. Vincular, cujo significado original é lidar com vínculo, com atadura, significa também sulcar na carne e ainda segurar a posse de... Do latim *vinculum* ou *vinclum*, significa laço, atadura e pode dar lugar ainda a grilhões, cadeias, prisões.

Ainda que a etologia não explique os comportamentos humanos, pode ajudar através da observação a reflectir neste fenómeno da vinculação, comum à maior parte dos mamíferos. A vinculação que K. Lorenz nos revelou e que se entende mais como uma tendência primária fundamental do que como resultado do processo secundário.

A vinculação contém um sentimento de pertença e está associado ao ímpeto da separação. Sentimento de pertença em oposição à afirmação da autonomia. Luta de inconciliáveis, luta de contraditórios, outro aspecto paradoxal do amor. Esta luta contraditória está subjacente a todo o tipo de vinculações e desvinculações por que passamos ao longo da vida.

Alberoni (1983), em «Enamoramento e Amor», fala-nos do enamoramento como um estado nascente. Interpretando este estado nascente como um renascimento ou segundo nascimento, quer dizer, voltar a nascer, é oportunidade para criar novo vínculo. Fala-nos ainda no estado nascente de um núcleo de atracção. É este núcleo de atracção que contém em si a vinculação primária, provavelmente.

À luz do senso comum é agora que começa. Na perspectiva que temos vindo a reflectir foi há muito tempo atrás que começou. O passado longínquo da infância fica como uma espécie de pré-história, eficazmente esquecida, tornada inconsciente. Freud (1986) dizia, porém, que o inconsciente é imortal. Também a Rute já esqueceu a sua história, mas o que ela encerra e simboliza repousa dentro de si,

até que um certo menino (que saiba sonhar) a toque e desperte desta espécie de sono encantado.

O amor tende para a fusão de duas pessoas diferentes. A fusão reforça todo o sentimento de pertença que também nos confere corpo, identidade e poder. A identidade associada à sensação de segurança põe em funcionamento a enorme necessidade de afirmar a nossa autonomia. Outro passo na renhida luta contraditória. Ser de alguém e ser livre. «Provavelmente, o que a boa infância nos pode oferecer é essa possibilidade única de crescermos através da construção de um espaço mental, onde o pensamento da realidade se afirma em paralelo com a desistência natural e progressiva do privilégio de relações fundamentais, que se destinam através dos suportes básicos do prazer e desprazer, do amor e do ódio, a dar dimensão à vida psíquica, tornando o ser humano em alguém capaz de viver só, isto é, bem acompanhado dentro de si por objectos internos, resultantes eles próprios de relações satisfatórias» (Amaral, Dias C., 1986).

A reciprocidade que o amor exige dos adultos, significa provavelmente que ambos querem o que é importante para cada um. Porém, aquilo que é verdadeiramente importante para cada um não só é muito diferente como não está sempre presente de forma consciente.

Tremenda a ilusão do amor. Diz ainda o povo com sabedoria: o amor é cego!

O cerne da luta da relação a dois é que cada um precisa de refazer a imagem que tem de si próprio e para isso precisa do outro na sua totalidade.

Na reciprocidade, o desejo de um é função do desejo do outro, diz-se!...

O que eu amo é a ti ou amo o teu amor por mim?

A inocência e a generosidade, vulgarmente atribuídas aos namorados, não é mais que um estado de ilusão, criado pelo esquecimento eficaz da infância mais remota. É neste estado de ilusão, formado na instância mais precoce, quando nenhuma compreensão realista interferiu com a crença de que todos os nossos desejos viriam um dia a ser satisfeitos, que se parte para a aventura da relação de amor. «Casaram e foram muito felizes!».

No contexto gregário, esta ilusão é necessária para que o amor aconteça. No entanto, é no encontro entre o adulto que se é e o que na infância se fez do amor (amor ao objecto) que o desejo e a tendência na procura daquele, e não de outro, se constrói. Por

qualquer coisa dos pais que tivemos e da infância que repousa dentro de nós. Enfim do passado que só o é ilusoriamente. Esta é a ilusão amorosa. Sem ela o amor é impossível, porque o que se vê, é o que é! Nunca é visto nem consciencializado como o objecto que preenche a conformação do nosso sonho.

Por tudo o que temos dito pensamos que é útil ter a consciência destes fenómenos.

Coloquemos agora o amor como o encontro entre dois seres, em que cada um vai servir de continente às projecções do outro, podendo e devendo permitir a respectiva parentalização.

Sempre que se aprofunda a situação clínica dos casais somos muitas vezes surpreendidos pela constatação de como grande parte dos seus sonhos e desejos da infância irrompem. Colocados agora do lado de cá do espelho, ignorar a fenomenologia deste estado de ilusão significa cair numa ignorância perigosa e pouco eficaz. Do modo como os problemas ou conflitos são enfrentados pelo sistema terapêutico, assim a forma de transformar o amor/ilusão em projecto e instituição, percebendo continuamente a par e passo o passado e presente.

Provérbio chinês: nenhuma família pode pendurar à porta de casa um letreiro a dizer: aqui não há problemas.

Nesta perspectiva o desejo amoroso, com todas as suas projecções míticas e inconscientes, adapta-se com dificuldade à banalidade de um quotidiano de rotina e com certa facilidade cede o lugar à relação de angústia, pela frustração frequentemente reforçada com o aparecimento dos filhos. De facto, o nascimento dos filhos vem aumentar o grau de complexidade do sistema afectivo de forma múltipla e em direcções diversas e opostas. Reforça os laços egoicos, as vinculações e os sentimentos de pertença em cada um dos pais, remetendo-os para a sua interioridade, em separado, e nos dois em simultâneo, como unidade parental, remetendo-os para a unidade externa também. Por isso introduz maior complexidade nos conflitos.

A hipótese da separação é então sentida duplamente como ataque aos vínculos, ameaçadora das vinculações enquanto pertenças.

A forma particularmente violenta, sentida por cada uma das pessoas quando colocadas perante o conflito/ruptura, resulta do facto deste ser essencialmente um rude golpe desferido nos vínculos fundamentais. Nestes momentos de intensas feridas, a importância que os aspectos sexuais assumem

resulta do facto da relação sexual ser justamente um meio que nos permite realizar a «unidade» no seio da alteridade. Ora é justamente esta unidade que no momento está ameaçada.

Naturalmente que não podemos esquecer as alterações de valores culturais que a evolução social opera. Hoje, perante a maior satisfação das necessidades físicas, de saúde, materiais e de consumo, há uma tendência para pedir maior e mais rápida satisfação emocional, sexual e psicológica à relação. Homem e mulher têm mais independência económica e social, portanto potencialidades de maior satisfação a estes níveis. Parece ter havido um deslocamento no enfoque dos problemas no interior do casal. O valor da família, para os seus membros, é baseado mais na reivindicação da satisfação das necessidades emocionais. Se este deslocamento é real, então as circunstâncias inicialmente referidas põem-se com mais premência, sem que desta situação haja grande consciência. Por outro lado, a conquista da liberdade, a igualdade de direitos, o aumento da consciência sexual, trouxeram maior exigência individual de satisfação. Ao aumento do prazer veio corresponder um certo afrouxamento do sentimento de amor, criando uma fraca tolerância à frustração perante a não satisfação imediata. À medida que a sexualidade assume o carácter de uma *performance* indispensável qual o lugar dos sentimentos?

Falámos do enamoramento como êxtase e tormento, falámos do quotidiano como tranquilidade e desapontamento e cada uma destas dialécticas tem dois pólos. O mito instala-se quando tomamos apenas o pólo positivo ou os dois pólos positivos ao mesmo tempo, sem a consciência dos negativos. Pólos que geram a luta contraditória. Será que alguma vez deixaremos de perseguir essa experiência de plenitude mítica amorosa?

Fiquemos com Romeu e Frei Lourenço, no III acto de Romeu e Julieta:

Romeu, no auge da crise, opõe-se ao padre, que tenta convencê-lo a deixar Julieta e fugir de Verona para escapar à morte.

Romeu: *Deixai a vossa filosofia, enquanto a filosofia não puder fazer uma Julieta. Ela de nada serve e nada pode, não me faleis mais disso.*

F. Lourenço: *Então vejo bem que os loucos não têm ouvidos!*

Romeu: *Como poderiam tê-los, se os ajuizados não têm olhos?*

F. Lourenço: *Deixai então que discuta sobre o teu estado!*

Romeu: *Não podeis falar nisso, não o tenteis. Sois jovem como eu? É Julieta a vossa amante?*

II

Fundamentalmente valorizadora do inconsciente dos sujeitos unidos pelo laço conjugal, a perspectiva atrás referida propõe a análise da interacção através dos modelos individuais de relação formados nas experiências precoces e na memória do passado.

Teve alguma importância o facto de inúmeras terapias individuais fracassarem, devido a não considerarem as relações intrafamiliares, para a teoria da comunicação e a terapia familiar terem conquistado um lugar importante, quer como enquadramento teórico, e na qualidade de terapias de tipo diferente, quer como um novo paradigma emergente.

Tem-se assistido ao progressivo reconhecimento do casal/família como um todo, um sistema orientado para um fim, que está estruturado — caracterizado por um conjunto de relações que une os subsistemas — e tem funções — age através da interacção dos elementos, num determinado tempo, procedendo a ajustamentos, de acordo com as necessidades do sistema.

A díade originada pela união entre um homem e uma mulher é um sistema novo que tem objectivos dos quais nem sempre os seus elementos estão conscientes. A união amorosa assenta num «contrato» não escrito, composto de expectativas e promessas individuais, conscientes e inconscientes, num «jogo» ou contrato interaccional, unindo parcialmente os seus parceiros naquelas áreas que «concordam» em evitar, na negação de comportamentos ou aspectos da relação, bem como na partilha de fantasias não expressas (Sager, C. J., 1981) (jogo que alguns autores designam de «colusão»).

O estilo característico da interacção na díade vai definir um perfil dos comportamentos, com o fim de satisfazer o «contrato» individual. Cada pessoa dá aquilo que se comprometeu a dar e em

troca espera receber aquilo que mais deseja. Cada parceiro reage como se fosse um verdadeiro contrato. Não pode surpreender-nos o facto de ser esta uma das importantes áreas do conflito conjugal, quando os parceiros percebem «de forma cega» aspectos das «expectativas e promessas».

Este tipo de acordo ou contrato é expresso, segundo Jackson (1981), pelo conjunto de tácticas comportamentais dos parceiros que definem a natureza da relação, sujeitas a modificações em função da resposta do parceiro, até uma estabilização num modelo interactivo. *O quid pro quo* do casal é uma metáfora deste acordo, observável através das redundâncias das interacções conjugais.

Nem consciente nem explícito, neste acordo, definindo os direitos e deveres das partes, caracteriza o casal como entidade supra-individual única. O foco da avaliação terapêutica nas transacções repetitivas do casal significa que os conteúdos concretos das interacções têm uma menor importância.

A esta luz, o acordo conjugal contém o nível individual, o nível da interacção do casal desde a sua ligação e o nível da história de interacções da família de origem e das expectativas desta quanto à projecção da família no futuro. Por outro lado, o sistema nascente não é o mesmo ao fim de algum tempo, assumindo frequentemente objectivos e funções novas que, não raro, são mais investidas que as inicialmente propostas (com o nascimento do primeiro filho, por exemplo).

III

ASPECTOS PRAGMÁTICOS DO CONTRATO CONJUGAL

É reconhecida a necessidade da avaliação do tipo de contrato que une o casal para definição da área de intervenção terapêutica.

O conhecimento dos termos do contrato faz-se a três níveis:

Verbal — os termos que são dialogados entre os dois parceiros, embora nem sempre se ouçam um ao outro com atenção.

Consciente mas não-verbal — as partes do contrato do próprio que este reconhece, mas das quais não fala ao parceiro.

Para além do conhecimento, ou inconsciente
— aspectos para além do conhecimento corrente, por vezes percebidos como impulso ou preocupação específica.

Sager (1981) também refere um conjunto de áreas a serem detectadas para uma melhor intervenção terapêutica, reunidas em três categorias.

Os três níveis face à consciência e verbalização estão presentes em cada uma destas categorias.

1. *As expectativas face ao casamento*

- O que espera do seu casamento?
- Quais das expectativas estão a ser preenchidas? Quais não estão?
- Que esperanças ou planos deseja partilhar há muito com o/a seu companheiro/a mas a que ele/a se tem mostrado relutante?
- Como resolve as diferenças de opinião ou as zangas com o seu cônjuge?

2. *Determinantes psicológicas e biológicas*

- A noção do seu próprio valor depende da atitude ou sentimentos do parceiro? Sente-se incapaz de viver sem ele?
- A ansiedade aumenta com a proximidade ou com a expressão de sentimentos, pensamentos e actos do parceiro? A comunicação é suficientemente aberta para exprimir necessidades, partilhar sentimentos e experiências?
- Quem controla o quê? O poder é partilhado ou tem de ser delegado num dos parceiros?
- Quem se submete, quem domina a relação?
- Como é entendido o amor? (intensidade, longa duração, etc.).

3. *Queixas conjugais centradas em problemas externos*

- Há clareza na expressão e na recepção da comunicação? Alguém se sente distante do outro?
- Algum dos filhos é utilizado em aliança contra um dos pais? Algum está excessivamente identificado com um deles? Há diferenças no conceito de como educar os filhos?
- Há partilha dos amigos ou cada um tem os seus?
- Há problemas no relacionamento com as famílias de origem?

- Quem toma iniciativas? Relações extraconjugais? O sexo é agradável e gratificante?
- Relativamente às prioridades (dinheiro, cultura, escola, casa, roupas) e religião, ética, política, há acordo entre cônjuges?
- Como são tomadas as decisões relativas aos filhos? Quem tem mais autoridade sobre estes?
- Alguém menciona a existência de perturbações comportamentais e/ou mentais no parceiro?

Estas são as três principais áreas em que o conflito muitas vezes se instala e conduz o casal à crise. A identificação dos principais problemas na relação e do nível (verbal, consciente ou para além do consciente) em que se revelam é uma parte da avaliação da disfunção familiar que se apresenta frequentemente ao terapeuta na fase da transição para separação.

A CRISE DO CASAL

Crise é um estado ou processo no qual se produz uma ruptura do equilíbrio, anunciando a passagem quase inevitável a uma outra situação.

Na família a crise caracteriza-se por uma alteração da forma e uma ruptura nos esquemas comportamentais (Cuendet, C., 1988).

A resolução da crise passa pela reavaliação dos problemas, das regras, bem como pela redefinição das relações entre os membros do sistema. Algumas mudanças daí resultantes envolvem reajustamentos mais ou menos importantes da estrutura e do funcionamento do casal/família.

O divórcio é um processo através do qual pais e filhos deixam uma organização familiar para entrar noutra.

O movimento físico para uma diferente constelação familiar tem lugar com a separação dos pais. Esta deslocação deve ser encarada como fazendo parte de um processo envolvente de relações no seio da família.

Este é um processo longo e complexo, pois a luta por uma nova situação/estrutura familiar é muitas vezes paralela à luta pela reintegração da família no velho sistema.

Objectivos da terapia de casal sistémica
(Cuendet, C., 1988)

- 1) Criar um espaço de reflexão sem o terapeuta assumir a responsabilidade da decisão.
- 2) Dirigir-se à organização da relação conjugal, à interacção e às regras disfuncionais.
- 3) Conhecer o contexto do casal através da história familiar e do meio social.

Algumas modalidades de Intervenção

A — Se a família está realmente em estado de instabilidade e de crise no sentido em que nós definimos, o terapeuta poderá intervir de maneira directa tentando:

- 1) Identificar os componentes da crise, a fim de ajudar a família a sair do seu estado.
- 2) Fazer a distinção entre o «problema» e a solução tentada (a qual agravou o *stress* inicial).
- 3) Identificar o «como da crise» mais do que o «porquê».
- 4) Pôr em jogo os sentimentos (sofrimento, culpabilidade, ansiedade, depressão, etc.), explicando o que é reprimido e julgado como negativo.
- 5) Utilizar os recursos existentes na família e encontrar novas soluções.
- 6) Manter um estado de tensão criador e tolerável que permita à família não rigidificar o problema e não passar a um estado de racionalização.
- 7) Conotar positivamente a coragem e os esforços de todos os membros do sistema familiar.

B — Se a família camufla a crise com um sintoma, o terapeuta deve estabelecer como objectivo a amplificação do desequilíbrio familiar:

- 1) Quer sendo paradoxal e empurrando para o absurdo a solução escolhida pela família;
- 2) Quer transgredindo as regras da família. O processo descrito em (A) pode desenvolver-se seguidamente.

A solução da crise do casal pode assumir duas formas: ou de transição familiar, como oportunidade do desenvolvimento e mudança reorganizadora, ou a crise debilitante, com ênfase na dor, com patologia e regressão.

O divórcio pode ser uma das resultantes da crise conjugal, adaptativa ou disfuncional.

Mas jamais voltará a ser o «casaram e foram muito felizes».

REFERÊNCIAS

- SANTOS, J. dos — *Ensaio sobre Educação*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte.
- ALBERONI, F. (1983) — *Enamoramento e amor*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- FREUD, S. (1986) — Psych. coll. et analyse du moi, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 3.
- AMARAL, Dias C. (1986) — A genealogia do amor, vinculação ou ilusão vinculativa, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 3, 37-49.
- SAGER, C. J. (1981) — «Couples therapy and marriage contracts», in Gurman e Kniskern (ed), *Handbook of Family Therapy*, Brunner/Mazel, New York.
- JACKSON, D. (1981) — «Les règles familiales: le quid pro quo conjugal. Sur l'interaction», Palo Alto 1965-1974, *Une nouvelle approche thérapeutique*, Paris, Éditions du Seuil.
- CUENDET, C. (1988) — Modèle d'évaluation des systèmes familiaux en crise, *Thérapie familiale*, vol. 9, 3, 219-230.

RESUMO

Faz-se referência a alguns aspectos da relação amorosa/vinculação e aos paradoxos que a dinamizam. Discute-se o significado do «contrato» individual e do «contrato conjugal» emergente da relação diádica. Propõem-se três áreas principais para a avaliação do conflito do casal, na perspectiva de uma intervenção em terapia familiar.

ABSTRACT

Some aspects of couple attachment/interaction and the paradoxes underlying are referred. The meaning of individual and marriage contracts is discussed. In assessing the couples with marital dysfunction are suggested three main areas with a family therapy approach.